



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ  
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 5.174/2024

*Vereadores Autores: Rafael Amorim e George Jardim.*

*Dispõe sobre a ocupação de espaços ociosos e/ou não produtivos para o desenvolvimento de atividades de agricultura urbana no Município de Macaé e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ, no uso de suas atribuições legais, delibera e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Dispõe sobre a utilização de espaços públicos ociosos e espaços privados, por parte dos seus proprietários ou responsáveis diretos, pessoas físicas e jurídicas, para o desenvolvimento de atividades de Agricultura Urbana e suas práticas relacionadas aos processos de segurança e soberania alimentar, à manutenção e incremento da qualidade de vida, bem como à democratização de práticas e espaços, servindo tanto para o abastecimento do Município quanto à Educação Ambiental da população.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei, são práticas da Agricultura Urbana:

- I** - Hortas urbanas e/ou comunitárias: onde se realiza o cultivo de plantas não tóxicas e de interesse humano, como condimentares, aromáticas e medicinais, numa determinada área;
- II** - Jardinagem urbana: se trata do cultivo ornamental de plantas, folhagens, flores, frutos e ervas que não sejam tóxicas;
- III** - Silvicultura urbana: métodos naturais que permitem regenerar e melhorar os fragmentos florestais urbanos ainda existentes.

**Art. 3º** Todas as atividades de que trata esta Lei, desenvolvidas em espaços públicos então ociosos, serão regulamentadas pelo município de Macaé.

**Art. 4º** As atividades descritas no Art. 2º desta Lei devem manter o compromisso de promover a biodiversidade, cuidar da manutenção, organização e saúde ambiental de todo o espaço utilizado, além de cumprir com as políticas de ocupação de espaços ociosos e/ou não produtivos estabelecidas pelo município.

**Art. 5º** A utilização de canteiros e remanescente de recuo em calçadas são permitidas somente para prática de hortas e jardinagem urbana, sem prejuízo à acessibilidade e mobilidade, devendo ocupar até 38,1 cm de largura da calçada, sendo vedada a instalação em guias rebaixadas, portões, rampas de acesso e ao lado de postes.

**Art. 6º** Não é permitida a instalação de qualquer atividade prevista no Art. 2º próximo ou nos seguintes locais:

- I** – Áreas de Preservação;
- II** – Cemitérios e capelas mortuárias;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

- III** – Estações de Tratamento de Esgoto;
- IV** – Fossas e sumidouros;
- V** – Tubulação de gás, torres de transmissão e alta tensão elétrica.

**Art. 7º** Todos os resíduos orgânicos gerados nas atividades previstas no Art. 2º desta Lei deverão ser tratados no mesmo local, atendendo às normas técnicas previstas para essas práticas.

**Parágrafo único.** Os demais resíduos de natureza não orgânica produzidos pelas atividades deverão ser geridos conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/10, Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e demais legislações municipais vigentes que tratam acerca de resíduos sólidos.

**Art. 8º** Poderão ser desenvolvidas as atividades de horta e jardinagem em áreas próximas a corpos hídricos desde que sejam consideradas a Faixa Marginal de Proteção (FMP) e respeitadas as áreas de preservação permanentes conforme prevê o Código Florestal, Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e suas alterações como na Lei Federal nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO, em 30 de abril de 2024.**

**WELBERTH PORTO DE REZENDE  
PREFEITO**

Publicação	Dom
Edição N.º	958 subv
Data	04 / 05 / 2024 pag 01
SECRETÁRIO	